

**De:** Sonia <sonia.aneli@tre-ms.jus.br>  
**Enviado em:** sexta-feira, 13 de dezembro de 2019 15:48  
**Para:** 'Perola Pletsch'  
**Cc:** 'Estela Carvalho'; 'Maria Luiza Ferreira'; 'Michel Pisontec'; 'Carla Carvalho'; 'Priscilla Vieira'; 'Ana Sales'  
**Assunto:** RES: PEDIDO DE ESCLARECIMENTO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2019

Boa tarde.

Segue abaixo a resposta da unidade técnica ao pedido de esclarecimento:

O entendimento não está correto. As exigências visam tão somente a garantia dos produtos corretos, o devido licenciamento, autorização de uso, homologações, mitigação de riscos à administração pública e a economicidade. Conforme informado pela própria empresa Sontec em seu pedido de esclarecimento, as empresas parceiras da Microsoft que atendem a grandes soluções possuem condições de concorrer no pregão com valores melhores do que empresas não parceiras.

Não há de se pensar em cerceamento de participantes ou limitação a um grupo exclusivo pois mais de uma dezena de empresas vão participar do certame, o que também foi informado pela empresa Sontec no seu pedido de esclarecimento e garantirá ampla concorrência.

A própria fabricante do software informa, no site mencionado pela empresa Pisontec ("<https://partner.microsoft.com/pt-br/licensing/Parceiros%20LSP>"), que no caso de "Atuação em Licitações Públicas":

"No Setor Público, informarmos que o nosso modelo de atuação no Brasil é indireto, com a necessária atuação de revendas credenciadas, seguindo-se, desta forma, uma política rigorosa de transparência e isonomia, alinhada também às regras de compras no território brasileiro, regidas pela Lei 8666/93 (e outras regras relacionadas). Mais detalhadamente, para os contratos de licenciamento em volume Enterprise Agreement e Select a participação nos certames públicos é feita pelos LSP (Large Solution Partners), anteriormente denominados LAR (Large Account Reseller). São as empresas habilitadas para tais contratos de licenciamento, e que se encontram aqui listadas."

"Ainda a título de esclarecimento e informação, a Administração Pública, via de regra, segue com o modelo de contratação por instrumento próprio, seguindo modelos pré-definidos. De outro lado, por tratar-se de licenciamento específico, a Microsoft tem seus padrões e modelos de contrato. Assim, existe o que se chama Government Partners – GP, que são parceiros habilitados pela Microsoft para atuar no segmento público, com o objetivo de assinar os contratos nos modelos dos clientes e o Government Integrator Agreement – GIA da Microsoft, que significa o contrato entre o parceiro e a Microsoft, relacionado ao primeiro firmado pelo parceiro com a Administração Pública."

"Quanto à participação nos certames públicos, informamos que para se garantir as mesmas condições de participação a todas as revendas, a Microsoft segue uma política de isonomia de canais, que prevê que todas as empresas parceiras terão as mesmas condições de participação no certame licitatório, sem qualquer privilégio, de qualquer natureza, a parceiro local ou específico. Isso implica em respeito às regras concorrenciais e competição saudável no mercado, além de cumprimento aos princípios da economicidade e competitividade previstos pela legislação vigente, não estabelecendo qualquer restrição à concorrência ou participação em certames, mas sim a ampla concorrência, com a necessária capacitação ao correto atendimento à Administração e aos interesses públicos."

Att.

Sônia Anelli  
Pregoeira  
TRE/MS

---

**De:** Perola Pletsch [mailto:perola.pletsch@pisontec.com.br]  
**Enviada em:** quarta-feira, 11 de dezembro de 2019 14:24  
**Para:** pregoeiro@tre-ms.jus.br; pregoeirotrems@gmail.com  
**Cc:** Estela Carvalho; Maria Luiza Ferreira; Michel Pisontec; Carla Carvalho; Priscilla Vieira; Ana Sales  
**Assunto:** PEDIDO DE ESCLARECIMENTO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2019

Ao  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL**

Ilm(o)a. Sr(a). Pregoeiro(a)

**Ref. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2019**

**Objeto:**

1.1. A presente Licitação tem por objeto o registro de preços para eventual aquisição futura de soluções de softwares utilizados no DATACENTER DO TRE-MS (informática), conforme as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Prezado(a) Senhor(a),

A empresa Pisontec Comércio e Serviços em Tecnologia da Informação EIRELI, inscrita no CNPJ Nº 12.0007.998/0001-35, situada em Olinda/PE, vem, de acordo com disposições editalícias e legislação pátria, **SOLICITAR ESCLARECIMENTO** acerca do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2019 referentes a dúvidas do item elencado abaixo:

**I. DESCRIÇÃO DETALHADA – MODALIDADE EXIGIDA**

1. Não existe nenhuma restrição para atender os itens solicitados no Termo de Referência do Edital em epígrafe com o produto no modelo de contrato **OPEN GOVERNO**, exceto pela descrição dos PartNumbers do produto, o qual se referem ao contrato tipo **MPSA**, que é comercializado por um grupo seletivo de 14 empresas (Lanlink, Brasoftware, SoftwareOne, Processor, Solo Network e Sonda, etc). conforme link abaixo:

<https://partner.microsoft.com/pt-br/licensing/Parceiros%20LSP>

2. É importante frisar que a Microsoft indica a modalidade de contrato **MPSA** para empresas com mais de 250 estações de trabalho pelo simples fato de esse modelo oferecer para seus credenciados descontos maiores e NÃO porque o modelo de contrato **OPEN GOVERNO** não atenda ao objeto licitado ou não possa ser comercializado. Ou seja, **qualquer um dos dois modelos, tanto MPSA quanto OPEN GOVERNO, atendem perfeitamente a necessidade do órgão em todas as características solicitadas.**

3. Para elucidar melhor a questão, esclarece-se que o Fabricante disponibiliza alguns modelos de compra das licenças solicitadas no edital, perfazendo eles em **(i)** contrato **MPSA**, modelo exclusivo para Revendas Enterprise, que, por isso, abrangem um número restrito de

empresas habilitadas no Brasil, e (ii) contrato **OPEN GOVERNO** que é comercializado pela maioria das revendas habilitadas.

4. **Por todo o exposto, conclui-se que os PartNumbers no modelo de contrato OPEN GOVERNO POSSUEM AS MESMAS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS, DE SUPORTE, DE RENOVAÇÃO e DEMAIS ESPECIFICAÇÕES do modelo de contrato MPSA, sendo o modelo de contrato OPEN GOVERNO tão eficiente quanto o modelo de contrato MPSA além de também contemplar as funcionalidades incluídas no portal VLSC.**

5. Ocorre que, a Administração Pública deve trabalhar com o escopo de obter sempre o maior número de propostas possíveis, na busca da que lhe seja mais vantajosa, conforme disposto no Decreto Federal nº 3.555/2000, que regulamenta a licitação na modalidade pregão. Vejamos.

*Art. 4º A licitação na modalidade de Pregão é juridicamente condicionada aos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, bem assim aos princípios correlatos da celeridade, finalidade, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade, justo preço, seletividade e comparação objeto das propostas.*

***Parágrafo único. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometa o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação. (Grifos nossos).***

6. Ainda sobre o tema, destaca-se que o certame licitatório tem como princípio basilar a isonomia entre os licitantes, com o fim de proporcionar a máxima competitividade, buscando o maior número de participantes. Sendo assim, é vedada exigência editalícia que apenas impede a participação de empresas na licitação.

7. Pelo demonstrado acima, infere-se que as exigências de modelo de contratação **MPSA** contida nesse Edital devem ser desconsideradas, a fim de adequar o processo licitatório ao Princípios da Ampla Concorrência e da Isonomia.

### **III - DA ILEGALIDADE DA DISPOSIÇÃO EDITALÍCIA**

#### **ITENS DO EDITAL**

4. A LICITANTE deverá fazer parte da listagem de empresas participantes do programa de fornecimento de licenças em grande volume para organizações governamentais com 250 usuários ou mais (Parceiro LSP para Governo): <https://partner.microsoft.com/pt-br/licensing/parceiros%20lsp> / <https://www.microsoft.com/pt-br/licensing/mpsa/default>

1. Em geral, os processos licitatórios na área de tecnologia da informação relativos à contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços técnicos especializados de suporte, de instalação, de atualização e de customização dos softwares permitem que a certificação exigida no edital seja vinculada a uma pessoa física, que, por sua vez, possua uma relação de trabalho e/ou serviço com a empresa licitante.

2. Isso porque **não é a empresa licitante - pessoa jurídica em si – que irá realizar a prestação de serviços técnicos especializados e sim um facilitador, empregado ou prestador de serviço contratado pela empresa, sendo necessário que apenas este possua a certificação exigida, e não a empresa.**

3. De modo que **nada adianta a pessoa jurídica possuir uma certificação em seu nome, mas não possuir qualquer profissional habilitado, competente e certificado para realizar a prestação de serviços técnicos especializados no Órgão.**

4. Destaca-se que a proteção dos interesses da coletividade deve sempre nortear os atos da Administração Pública, para tanto, a legislação pátria determinou uma série de princípios que devem obrigatoriamente pautar seus atos, não havendo discricionariedade quanto a sua aplicação e sim um dever de observância dos mesmos.



5. Ainda, é imperioso frisar que a licitação deve buscar o maior número de participantes, estimulando a concorrência, vez que a Administração só tem a ganhar ao receber diversas propostas, de onde certamente surgirá aquela mais interessante e vantajosa para o erário e, indiretamente, para toda a coletividade.

6. Assim, tal disposição contraria claramente o ordenamento pátrio, isso porque, conforme amplamente demonstrado, para a prestação de serviços técnicos especializados - objeto licitatório, faz-se necessário apenas a comprovação da certificação e autorização do profissional que realizará a prestação de serviços técnicos especializados e não da empresa licitante, como requerido.

7. Ainda, destaca-se que **existem outros meios para assegurar o cumprimento das obrigações pactuadas, que não a exigência de parceria LSP para Governo, comprovando por meio de participação na listagem do programa.**

8. Deste modo, verifica-se, de maneira inequívoca, que a exigência de que a empresa jurídica é parceira e pode realizar a prestação de serviços técnicos especializados viola o ordenamento jurídico pátrio.

Estão corretos os nossos entendimentos?

Agradecemos sua atenção, permanecendo no aguardo de breve reposta.

Atenciosamente,



Perola Pletsch

Setor Jurídico

+55-81-3257.5110

perola.Pletsch@pisontec.com.br

www.pisontec.com.br



